

**PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSCar: O PET CONEXÕES  
SABERES INDÍGENAS COMO UM ALIADO**

**MARCONDY MAURÍCIO DE SOUZA**

Universidade Federal de São Carlos

marcondy.mauricio@gmail.com

**ROSÂNGELA BATALHA BRAGA**

Universidade Federal de São Carlos

rosangelabb1339@gmail.com

**ROSELI BATALHA BRAGA**

Universidade federal de São Carlos

rosybb34@gmail.com

**ALBERTO GONÇALVES CRUZ**

Universidade Federal de São Carlos

agcpiratapuya@gmail.com

**LUZIA SIGOLI FERNADEZ COSTA**

Universidade Federal de São Carlos

luziasigoli@gmail.com

**LUCIANA MARIA DOS SANTOS**

Universidade Federal de São Carlos

lupankararu@gmail.com

**Financiamento:** Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões  
UFSCar – Indígenas

## RESUMO

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovou, em 2007, o Programa de Ações Afirmativas (PAA), uma política específica para os estudantes indígenas que foi sendo aprimorada por ações dos próprios indígenas e parceiros. As ações primordiais foram à descentralização das provas de ingresso, aumento de vagas nos cursos de graduação e a criação do Grupo PET Saberes indígenas da UFSCar. Esse programa tem como finalidade de promover à formação de um grupo de aprendizagem coletiva e interdisciplinar de estudantes indígenas de diferentes etnias e curso. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições dos componentes do Grupo PET em prol da proteção, valorização do conhecimento e da cultura indígena, na permanência e o sucesso acadêmico. Com a reestruturação do vestibular houve aumento nas inscrições e no ingresso. Essas ações influenciam diretamente no ensino e desempenho dos estudantes na graduação. O PET vem contribuindo de forma efetiva para que os estudantes indígenas tenham uma formação acadêmica de alto nível com produção de conhecimento e com debates pertinentes e instigadores. Esse compartilhamento de informações também trazem grandes desafios para os povos indígenas.

**Palavras chave:** Ações Afirmativas, Indígenas na Universidade, Ingresso, Vestibular Indígena.

## 1. INTRODUÇÃO

No período colonial, utilizaram-se algumas práticas cujo um dos objetivos principais era a cristianização dos povos indígenas da América, através das escolas para indígenas, as quais passaram a fazer parte da vida desses povos, deixando cicatrizes profundas na negação de suas línguas nativas, organizações e práticas sociais. Ao longo do tempo, até os dias de hoje, foram realizadas transformações significativas na relação com a educação escolar indígena, nas quais gradativamente os povos indígenas têm participado ativamente na condução dessas instituições, apesar de sua origem ocidental (BERGAMASCHIL; DOEBBER; BRITO, 2018).

Classificada como um divisor de água, a Constituição Federal (CF) de 1988, modificou de forma relevante as relações do Estado com os povos indígenas, elaborando uma virada conceitual e inexistente até aquele momento (BONIN, 2008).

Foi um rompimento oficial das políticas de tutela e integração implantadas até então. Todavia, mesmo com a nova constituição garantindo uma educação escolar

específica, intervenções que de fato concederam o ingresso dos estudantes indígenas no ensino superior, são recentes (BERGAMASCHIL; DOEBBER; BRITO, 2018).

O primeiro a normatizar a reserva de vagas nos vestibulares das universidades estaduais aos povos indígenas do seu território foi o estado do Paraná, com três vagas, através da lei 13.134/01. Tornando-se um modelo oficial de Ações Afirmativas que foi aprimorado e é seguido atualmente por muitas outras instituições que realizam ensino, pesquisa e extensão tanto estaduais como federais no Brasil (PARANÁ, 2006).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovou através do seu Conselho Universitário, em 2007, o Programa de Ações Afirmativas (PAA), uma de suas ações foi à criação de uma vaga suplementar em cada um de seus cursos ofertados pela Universidade para o ingresso dos povos indígenas de todo Brasil, elaborando assim, uma política específica e diferenciada para os estudantes indígenas oriundos de diversos estados brasileiros. Essa política foi aprimorada, através de algumas ações dos próprios estudantes indígenas e parceiros, como a criação do movimento dos estudantes indígenas, do Centro de Culturas Indígenas (CCI), o Programa Pedagógico de Acompanhamento Indígena (PPAI), do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), dentre outras ações primordiais que aconteceram mais recentemente, como por exemplo, a descentralização das provas de ingresso para quatro regiões do país, tornando uma política de maior alcance nas comunidades indígenas (MELLO, *et al.*, 2017).

Uma outra conquista dos povos indígenas e da UFSCar foi à criação de dois Programas de Educação Tutorial (PET) indígenas na universidade, o PET foi criado em 1979, e antes era chamado Programa Especial de Treinamento, era administrado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) até os anos 2000, quando passou a incorporar à Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC. Não obstante, através da Portaria 976/2010 que remodelou sua estrutura e redefiniu a administração e a gestão dos grupos, com essas mudanças, a política educacional favoreceu a ampliação do Programa PET em suas dimensões; territorial, institucional, sociocultural e étnico-racial (MEC, 1979).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições dos componentes do Grupo PET Saberes Indígenas, com finalidade de constituir um grupo de aprendizagem coletiva e interdisciplinar formado por estudantes indígenas de diferentes povos e cursos de graduação da UFSCar, que buscam por meio de ações integradoras de

ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento acadêmico, profissional, social, crítico e da capacidade para:

- produzir novos conhecimentos em bases científicas, tradicionais, éticas, dentre outras. Principalmente aqueles que abrangem as questões indígenas;

- trabalhar em equipe e construir, coletivamente, processos democráticos, participativos que visem à proteção e valorização dos conhecimentos indígenas e seus saberes milenares;

- desenvolver estratégias e tecnologias para melhor execução das Políticas de Ações Afirmativas no ingresso, permanência e desenvolvimentos destes estudantes dentro e fora da universidade;

- ensinar e a aprender a socializar saberes e conhecimentos, considerando e respeitando a sociedade indígena e não indígena com suas particularidades. Tornando-os verdadeiros multiplicadores destas ciências.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A construção das Políticas de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar, têm na sua história a participação de toda a comunidade universitária, os docentes, estudantes, técnico administrativos, coletivos de minorias e grupos sociais organizados dentro e fora da universidade (UFSCAR, 2006).

O ingresso dos povos indígenas se dá em todas as 65 opções de curso da universidade, fazendo com que a presença esteja em todos os espaços. Apesar de ser uma minoria, o coletivo indígena tem uma grande força política, ocupando todos os espaços estudantis. (COHN; SANTANA, 2016).

No ano de 2015, atendendo uma demanda do Centro de Culturas Indígenas (CCI), houve a descentralização do vestibular indígena e passou a ser aplicado em quatro regiões do país (antes, somente no Sudeste), sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste (MELLO, *et al.*, 2018; CAAPE-UFSCAR, 2019).

No ano de 2017, o Conselho de Graduação da UFSCar atendeu outra demanda do CCI, aprovando no seu regimento interno o aumento de vagas para os estudantes indígenas, essas vagas eram remanescentes do processo seletivo específico de pessoas em situações de refúgio (MELLO, *et al.*, 2018; CAAPE-UFSCAR, 2019).

Outro fato histórico marcante para os estudantes indígenas, ocorreu em 2010, com a criação do Grupo PET Saberes indígenas da UFSCar, que vem contribuindo para proteção e valorização do conhecimento, assim como da cultura indígena, permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

### **3. METODOLOGIA**

Destarte, esta pesquisa, tem como método a análise de como os estudantes indígenas estão atuando diante dos desafios encontrados para o ingresso e permanência na universidade. Por meio da utilização dos métodos de pesquisas qualitativas e quantitativas, disponíveis na literatura que aborda a temática.

A pesquisa qualitativa é focada para entender o comportamento, ao invés de simplesmente medir, e ajudar a compreender, interpretar comportamentos de tendências e identificar hipótese para um problema e desenvolver. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação de estudo.

Já o método de pesquisa quantitativo é um método mais conclusivo, que tem como objetivo em quantificar um problema e entender a dimensão dele, os dados que serão coletados por estes métodos impactarão diretamente na tomada de decisão. Damodaran (2001) considera que a avaliação não é a ciência que alguns dos seus proponentes dizem ser, nem a busca objetiva por valor verdadeiro que os idealistas gostariam que se tornasse, pois, os modelos utilizados podem ser quantitativos, mas os dados de entrada podem deixar margem suficiente para julgamentos subjetivos.

As fontes utilizadas para a elaboração da pesquisa forneceram todas as informações e foram coletadas em sites, departamento da UFSCar e com as estudantes indígenas, utilizando estes meios foi possível atingir os objetivos pretendidos.

A coleta de dados qualitativos segundo Collins e Hussey (2005), tem por finalidade buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, objetivando a familiarização com o fenômeno ou a obtenção de nova percepção dele. Por meio de descrições da situação, o pesquisador procura descobrir as relações existentes no fenômeno estudado.

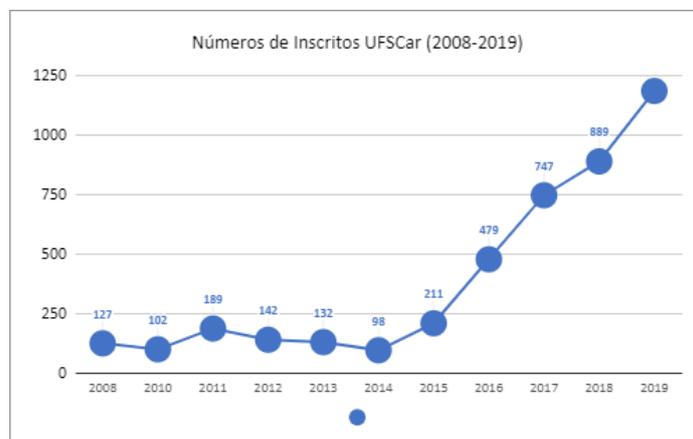
Com base nos dados que foram coletados, utilizaremos destes, para a aplicabilidade dos métodos de pesquisa. Este trabalho foi discorrido nas seguintes etapas: coleta de dados em sites da instituição (UFSCar); diálogos permanentes com os graduandos e graduados; análises dos diálogos; análise dos dados estatísticos e a redação do trabalho.

#### 4. RESULTADOS

A UFSCar aderiu a PAA em 2007, e já em 2008, tivemos os primeiros ingressantes indígenas, no entanto, uma presença tímida, pois era um exame realizado em dois dias e somente aplicado na região sudeste, no município de São Carlos-SP. Além de tudo falhava em muitos pontos na comunicação, e não chegavam às notícias nas comunidades indígenas, sobre o vestibular, entretanto ao atender uma demanda do Centro de Culturas Indígenas (CCI), que teve como objetivo levar a prova mais próxima das comunidades indígenas, quando houve a descentralização do processo seletivo específico para os povos indígenas, a partir de 2015, com ingresso em 2016.

Com a reestruturação do vestibular, muitos estudantes indígenas que até então não tinham como chegar à cidade onde era aplicada, devido a dificuldades logística e financeira, passaram realiza-lo. Com essa mudança houve um aumento expressivo, no seu primeiro ano de descentralização, mais que dobrando o número de inscritos em relação ao ano anterior, e um aumento considerável nos anos posteriores, como se pode observar no Gráfico 1, a seguir:

**Gráfico 1.** Número de inscritos no Vestibular Indígena da UFSCar, 2008-2019.



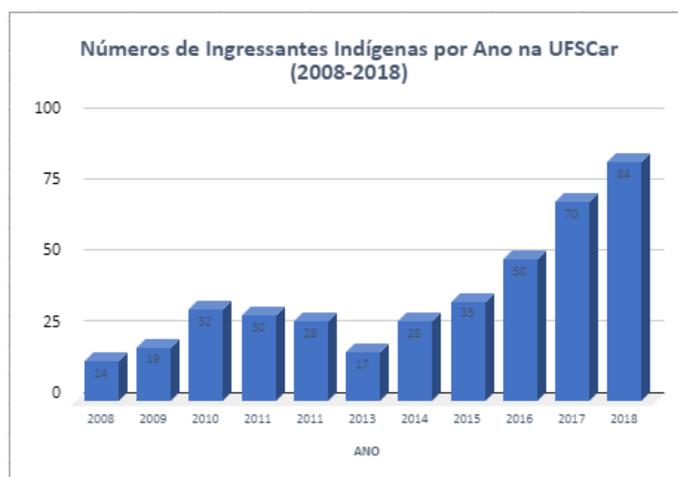
Fonte: UFSCar, CIG, 2019

Isso também se deve a melhoria na comunicação, os próprios estudantes indígenas passaram a divulgar em suas respectivas comunidades e em outras por onde passam sobre o vestibular. Além de criarem vídeos, áudios, cartazes dentre outros, com chamativas para o exame e informações sobre os cursos de graduação, os quais foram disseminados nas redes sociais como *Facebook*, *Whatsapp* e demais. Esses informes despertou interesse nos candidatos ao ingresso na universidade, pois pouco se sabe sobre os cursos e suas grades curriculares, sendo que essas informações dificilmente chegam para aqueles que vivem nas comunidades.

Outra demanda também apresentada pelo coletivo dos estudantes indígenas foi o aumento das vagas para indígenas nos cursos de graduação, pois era destinada apenas uma vaga por curso. Essa demanda foi parcialmente atendida com as vagas remanescentes do processo seletivo específico para pessoas em situação de refúgio, que passaram a ser ocupadas por indígenas. Geralmente, das 65 vagas direcionadas a este processo, somente são ocupadas entre 5 a 10, dependendo do ano de ingresso. A partir de 2017, mais de 50 cursos são anualmente contemplados com duas vagas.

Portanto, com aumento das vagas, a descentralização do vestibular, uma melhor divulgação e mais informações sobre os cursos resultou, também, num aumento relevante em números de ingressantes, como pode ser observado no Gráfico 2, a seguir:

**Gráfico 2.** Número de Ingressantes indígenas na UFSCar, 2008-2018.



Fonte: UFSCar, CIG, 2019

Atualmente a UFSCar possui mais de 200 estudantes indígenas matriculados nos seus quatro campi. Apesar de ainda ser menor a quantidade de mulheres em relação aos

homens, com o aprimoramento das políticas de inclusão, essa proporção está mais próxima do equilíbrio. A UFSCar possui atualmente mais de 30 estudantes formados nas áreas de exatas, biológicas, humanas e saúde.

A maioria dos estudantes formados na UFSCar retornou às suas comunidades ou para outros territórios indígenas, onde desempenham uma função de acordo com a formação ou com áreas correlacionadas (médicos, enfermeiros, professores e outros), e alguns não terminaram sua graduação, mas retornaram com o conhecimento suficiente que desejavam para ajudar sua comunidade e outros povos indígenas, alguns permaneceram nas cidades de onde também buscam ajuda suas comunidades. Uma percentagem, ainda pequena, ingressou na pós-graduação, existe uma tendência de aumento na medida em que as políticas de reservas de vagas vão sendo implantadas nos programas de pós-graduação.

Esses estudantes formados e os que ainda estão em formação acadêmica, ajudam a melhorar o cotidiano dos povos indígenas do Brasil e, principalmente, das suas comunidades. Também trazem consigo uma gama de conhecimento que está contribuindo para remodelagem da universidade e da sociedade em geral, pois acaba sendo uma via de mão dupla de conhecimento e experiência, por pertencerem a culturas e costumes particulares e diversos, os estudantes acabam aprendendo e ensinando, tanto dentro quanto fora da universidade.

O PET Saberes Indígenas vem contribuindo com essa disseminação de saberes deste a sua fundação, em 2010, adentrando em escolas públicas e privadas, em universidades estaduais e federais, dentre outros espaços. São diversas as maneiras que este Grupo, vem colaborando com a difusão de conhecimentos, saberes tradicionais e experiências que vão desde rodas de conversas, palestras, seminários, publicações de artigos, entre outros meios.

As pesquisas e extensões realizadas no PET também ajudam na dissipação das culturas indígenas, em diversas instituições, de diferentes maneiras e mecanismos. Sendo um modo de descolonizar as mentes de uma sociedade que em parte ainda tem uma imagem estereotipada e equivocada das populações indígenas, do que é uma sociedade com uma grande diversidade cultural. Assim, os PETianos são conduzidos, a desenvolver projetos e trabalhos em pesquisas, ensino e extensão. Essas ações influenciam diretamente e indiretamente no ensino, aprendizagem, desempenho e permanência dos estudantes indígenas na graduação.

A alta demanda no ingresso gera uma alta competitividade entre os estudantes indígenas, exigindo maior preparo dos mesmos. Parte deste preparo é feito de forma autônoma na tentativa de sanar as lacunas deixadas pela falta de estruturas e descaso do Estado em relação às escolas indígenas das comunidades e escolas públicas das pequenas e grandes cidades (onde também tem presença indígena). Essa competitividade resulta no fato de que alguns estudantes apresentam maior autonomia nos estudos, quando ingressa na graduação.

O aumento no ingresso é benéfico tanto para o estudante como para a instituição, ao entrar somente um estudante por curso, relatos indicam um grande isolamento, um dos motivos para o sofrimento mental dos estudantes, devido ao fato de ainda persistirem o preconceito e a falta de conhecimento da comunidade universitária em relação à aceitação e interação com os povos indígenas. Com a entrada de dois estudantes indígenas na maioria dos cursos, eles se sentiram mais confortáveis na sala de aula, inclusive para fazer perguntas, diminuindo os problemas e, conseqüentemente, houve uma melhora no desenvolvimento acadêmico e na socialização do estudante.

Essa socialização também se dar com as palestras, rodas de conversas, apresentações dentre outras atividades que exige o contato direto com não indígenas e principalmente pessoas fora da sua orbita rotineira, faz com que o estudante indígena esteja mais aberto para rotina diária da academia, pois os indígenas são de culturas diferentes, e alguns tem uma maior timidez, dificultando essa relação. Essas ações fazem com que o estudante indígena tenha uma maior adaptação e integração passando a estudar, compartilhar suas experiências e aprendizagem com os colegas de maneira periódica e melhorando a proximidade com o professor.

Outro fato importante também realizado pelos integrantes do Grupo são as pesquisas, leituras e escrita de artigos, resumos e outros, que se tornam ferramentas fundamentais na adaptação pedagógica e técnica do estudante indígena na universidade, pois colabora em muitas atividades frequentes na vida estudantil, como por exemplo, fazer um relatório, resumos, trabalhos de conclusão de curso, resenhas, a responder uma prova em curto tempo dentre outros.

## **5. CONCLUSÃO**

De acordo com o estudo apresentado percebe-se que atualmente são inúmeros os protagonistas, indígenas e não indígenas, que buscam das mais diversas formas atuar para que se tenham proteção e avanços dos direitos indígenas. Observamos que devido à criação, ampliação e aperfeiçoamento das Políticas de Ações Afirmativas, como a descentralização do vestibular indígena, o aumento de vagas, e melhor divulgação de informações tanto sobre a prova, bem como dos cursos, resultou em um crescente ingresso de indígenas na UFSCar tal como em outras universidades. Pois, muitos estudantes que não conseguem ingressar na UFSCar buscam outras instituições de ensino superior que também disponibiliza um processo específico como a Universidade de Campinas.

A UFSCar nos últimos anos tem sido considerada uma referência nacional no que diz respeito aos povos indígenas no ensino superior, como demonstra o número de inscritos nos seus processos seletivos específicos e o número de ingressantes, anualmente, assim como na melhoria de suas políticas de inclusão e o diálogo mantido entre a instituição e o Centro de Culturas Indígenas.

O PET Saberes indígenas vem contribuindo de forma efetiva para que os estudantes indígenas tenham uma formação como pesquisadores e pesquisadoras de alto nível, provocando uma rica produção de conhecimento, debates pertinentes e instigadores.

Cada vez mais os estudantes indígenas dos mais diferentes povos, culturas e regiões vêm se tornando protagonistas das suas próprias histórias e de seus saberes milenares, algo que até pouco tempo atrás era difícil de encontrar, pois a maioria dos conhecimentos indígenas eram estudados e interpretados, por pesquisadores não indígenas. Estes estudos eram produzidos de e para o “homem branco” de forma equivocada ou parcialmente interpretada, inclusive em alguns casos, deixando a construção de visões que ainda se perpetuam até hoje. Mostrando o indígena como “homem das cavernas”, de uma cultura ultrapassada e inferior, os quais não contribuem a sociedade brasileira, ao contrário eram “empecilhos” e que deviam ser tutelados.

A mescla dos conhecimentos tradicionais milenares, repassado ao longo do tempo, se une com o conhecimento do não indígena, técnico e científico, e vem transformando tanto as comunidades indígenas como a sociedade não indígena. Os estudantes indígenas levam para suas comunidades o conhecimento adquiridos na universidade e na cidade, e trazem seus saberes e experiências das comunidades para a sociedade em geral, tornando

isso uma verdadeira socialização e valorização de ambos os conhecimentos, uma reciprocidade produtiva.

Todo esse compartilhamento de informações também apresentam desafios para os povos indígenas como, por exemplo, até que ponto esses conhecimentos serão benéficos à cultura indígena e quais os conhecimentos podem estar entrando e saindo das comunidades? Certamente são questões complexas e que suas respostas serão construídas através do diálogo dentro das comunidades e entre os povos indígenas, continuamente irão surgir novas indagações que deverão ser fortemente debatidas entre todos os envolvidos, buscando sempre soluções benéficas a todos.

Diante disso, podemos observar que é possível realizar transformações sociais, quando se trabalha em conjunto, prova disso é o melhoramento das Políticas de Ações Afirmativas, o crescente número de indígenas no ensino superior e os benefícios mútuos entre os povos indígenas e não indígenas.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, W. R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 591 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BENITES, A. (Orgs.). **Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.
- BONIN, I. T. **Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor**. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos indígenas & educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.
- COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COHN, C.; SANTANA, J.V.J. **A antropologia e as Experiências Escolares Indígenas**. [s.l]: Revista POS Ciências Sociais, 2016. p. 25, p.61-86.
- CAAPE-UFSCar. **Coordenação de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico Estudantil**. São Carlos: UFSCAR, 2019.
- DAMODARAN, A. **Avaliação de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.
- MELLO, R.R.; SOUSA M. & PALOMINO, T.J. **Indigenous School Education in Brazil**. In: Oxford Research Encyclopedia of Education. [s.l]: Oxford University Press USA. doi: 10.1093/acrefore/9780190264093.013.244, 2018.
- MELLO, R. R.; AGUILAR, B. S.; SOUSA, M. M.; SENA, O. B. **Proyecto indi-age. Experiencia de Internacionalización de estudiantes indígenas brasileños en la universidad de Córdoba (España)**. In: Calidad de la Educación: Debates, investigaciones y prácticas. Ed. 1. Madrid: Editorial DYKINSON, S.L. 2018. 147p.
- PARANÁ. **Lei nº 14.995/06**. **Dá nova redação ao art. 1º, da lei nº 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais)**, 2016.
- PALADINO, M. **Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior**. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.